



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, DE 2006

Acrescenta o art. 11-A à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para excluir de sanção a pessoa portadora de deficiência que deixar de cumprir obrigações eleitorais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 11-A:

Art. 11-A. A pessoa portadora de deficiência que torne impossível ou demasiadamente oneroso o cumprimento das suas obrigações eleitorais, relativas ao alistamento ou ao voto, não está sujeita às sanções correspondentes.

§ 1º O juiz eleitoral competente, mediante requerimento da pessoa a que se refere o *caput* deste artigo, ou de seu representante legal, acompanhado de documentação comprobatória, deverá expedir certidão de quitação eleitoral com prazo de validade indeterminado.

§ 2º A expedição da certidão a que se refere o § 1º deste artigo não impede, a qualquer tempo, o alistamento eleitoral de seu beneficiário, que não estará sujeito à penalidade prevista no art. 8º desta Lei.

§ 3º Para os fins deste artigo considera-se pessoa portadora de deficiência inclusive a que sofra de esquizofrenia ou outra enfermidade mental.

Art. 2º O Tribunal Superior Eleitoral deverá expedir instruções para a execução desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei que ora submetemos à consideração dos nobres colegas tem o objetivo de estabelecer que a pessoa portadora de deficiência que torne impossível ou demasiadamente oneroso o cumprimento das suas obrigações eleitorais, relativas ao alistamento ou ao voto, não está sujeita às sanções correspondentes.

Para tanto, o juiz eleitoral competente, mediante requerimento da pessoa de que se trata, ou de seu representante legal, acompanhado, tal requerimento, de documentação comprobatória, deverá expedir certidão de quitação eleitoral com prazo de validade indeterminado.

De outra parte, para garantir que o beneficiário não alistado possa, eventualmente, no futuro, se tornar eleitor, a proposição também preceitua que a expedição da certidão de quitação eleitoral não impede, a qualquer tempo, o alistamento eleitoral de seu beneficiário.

Outrossim, para beneficiar os portadores de doenças mentais é que se considera pessoa portadora de deficiência a que sofra de esquizofrenia e outras enfermidades do gênero.

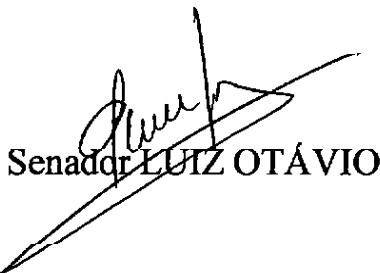
A medida que almejamos pretende resolver problema que, não raro, se verifica, qual seja, o de pessoas deficientes que, por diversas razões, não conseguem se alistar eleitoras ou, estando alistadas, não conseguem participar das eleições, e acabam sendo prejudicadas em razão de sanções previstas em lei.

É de se atentar que não pretendemos isentar da obrigação do voto as pessoas portadoras de deficiência em geral, mas apenas aquelas para as quais o cumprimento das obrigações eleitorais seja impossível ou demasiadamente oneroso.

Por fim, cumpre registrar que, em 2004, o Tribunal Superior Eleitoral aprovou a Resolução nº 21.920, que tem desiderato similar ao que ora propomos. Contudo, para que tais normas tenham maior força normativa e estabilidade, entendemos que devem constar de lei.

Em razão da relevância social da matéria, solicitamos o apoio dos nobres colegas para o aperfeiçoamento e ulterior aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,


Senador LUIZ OTÁVIO

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965.

Texto compilado

Institui o Código Eleitoral.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que sanciono a seguinte Lei, aprovada pelo Congresso Nacional, nos termos do art. 4º, caput, do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964.

Art. 1º Este Código contém normas destinadas a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos preclpuamente os de votar e ser votado.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá Instruções para sua fiel execução.

Art. 11. O eleitor que não votar e não pagar a multa, se se encontrar fora de sua zona e necessitar documento de quitação com a Justiça Eleitoral, poderá efetuar o pagamento perante o Juízo da zona em que estiver.

§ 1º A multa será cobrada no máximo previsto, salvo se o eleitor quiser aguardar que o juiz da zona em que se encontrar solicite informações sobre o arbitramento ao Juízo da inscrição.

§. 2º Em qualquer das hipóteses, efetuado o pagamento através de selos federais inutilizados no próprio requerimento, o juiz que recolheu a multa comunicará o fato ao da zona de inscrição e fornecerá ao requerente comprovante do pagamento.

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 26/05/2006.